

A fachada maneirista da Sé de Viseu

Liliana Andrade de Matos e CASTILHO

Resumo

O presente estudo tem como objectivo a análise da construção da actual fachada da Sé de Viseu, e seus intervenientes, numa cronologia que medeia entre 10 de Fevereiro de 1635, data da derrocada da anterior fachada, manuelina, e 1638 data final da intervenção.

Abstract

The present study serves the purpose of analysing the development of the construction of the existing façade of Sé de Viseu and its intervenients, within a timeframe that has its marks, in February 10th of 1635 – date of the previous “manuelina” style façade collapse, up to 1638, the final date for the intervention.

Introdução

A construção da actual fachada da Sé de Viseu teve início em 1635 e, correspondeu não a uma vontade de renovação estética face à sua precedente manuelina¹ (que contava pouco mais de um século), mas a uma necessidade pragmática causada pela derrocada da sua antecessora.

A 10 de Fevereiro de 1635, na sequência de um violento temporal que assolou a cidade durante dois dias, a medieval torre dos sinos, uma das duas que enquadravam a fachada da Sé, ruiu, destruindo na sua queda o frontispício da catedral. A descrição do sucedido chega-nos através da obra de Botelho Pereira, escrita na década de 30

¹ A única descrição que possuímos desta fachada chega-nos pelas palavras de Botelho Pereira e faz adivinhar um portal de decoração manuelina encimado por uma rosácea ainda de tradição gótica: “*As figuras e folbagens da porta principal, haveis de confessar, nunca viste coisa semelhante. Todo aquele portal e o mais frontispício que há entre as torres, com a curiosa invenção da vidraça que dá luz ao coro, é obra deste insigne prelado, cuja memória se conserva em dois letreiros, que em dois escudos estão esculpidos de pedra de Ançã; um sobre a porta da Sé e outro, da parte de fora, e no meio da abóbada, e outro na no coro de cima, com as suas armas e ao redor este letreiro*”. PEREIRA, Botelho – *Dialogos Moraes e Politicos*. Viseu: 1635. (Manuscrito) Publicado por VALE, A. de Lucena e. Viseu: S.ed. 1955. P. 464.



Fachada da Sé de Viseu. Fotografia da Autora.

do século XVII, em pleno desenrolar dos acontecimentos: *“Traz a perda de tal Bispo (D. Miguel de Castro) e no anno seguinte succedeo nesta Cidade não menos notável, e digna de sentir, por ver que parece se mostra Deos irado contra este povo por seus grandes peccados; e foi que aos 8 de Fevereiro 1635 começou a chover tão notavelmente, que parecia findar-se o Mundo.*

Na noute e dia seguinte cairão algumas casas e destilharão-se outras, arracando-se muitos e grandes castanheiros, e outras arvores, em que houve notável perda.

Ao outro dia depois da tormenta, que foi aos 10 entre as duas e as três horas da tarde estando os Conegos resando completas na Capella mor cabio a torre dos sinos com todos elles sobre a porta principal da Sé, e todos se fizerão em pedaços, se não o com que tangião a cabido, inda que por alguma fenda secreta não ficou prestando.”²

² PEREIRA, Botelho – *Ob. cit.* P. 552.

Urgia iniciar as obras não só para evitar o risco de ruína das restantes estruturas da Sé, nomeadamente as abóbadas manuelinas fragilizadas pela perda de parte da sua estrutura de apoio, mas para se retomar quanto antes o uso da Catedral. Testemunho do perigo eminente e da perda de funções da Catedral é a Acta do Cabido de 28 de Fevereiro de 1635 segundo a qual *“farase cabido nesta Capela de Sam Sebastiam por rezão do perigo que tinha a See pella torre caída de que eu secretario o cónego (?) de Mello de Sampaio fis esta lembrança e assinei com o presidente”*³.

A gestão da obra

Estando o Bispado de Viseu em período de Sede Vacante, devido à morte de D. Miguel de Castro (1633-1634) a resolução do problema cabia assim ao Cabido que, para maior celeridade e eficiência da obra, entendeu eleger dois capitulares para superintenderem à mesma alegando que *“a obra da torre caída, e sinos quebrados desta See era de muita consideração em que se avião de gastar muitos mil contos?”*⁴. No Cabido de 28 de Abril de 1635, presidido pelo Deão Jerónimo de Araújo de Seia, saíram eleitos para o cargo o Arcediago Jerónimo de Almeida e o Cónego Jerónimo de Figueiredo com o salário mensal de 2000 réis: *“e lbe davão de salario pelo muito trabalho que hão de ter a cada hum dous mil reis por mes em quanto durarem as ditas obras, e serão contados como se fossem presentes no choro em quanto assestirem as ditas obras”*⁵.

A gestão da obra ficou então a cargo deste dois capitulares sendo-lhes entregue todo o dinheiro necessário ao pagamento quer dos trabalhadores quer dos materiais, cabendo-lhes a obrigação de manter actualizados os livros de receitas e despesas e de prestar contas dos mesmos sempre que necessário⁶.

Este cuidado com a contabilidade era não só uma preocupação normal pelas finanças do Cabido, mas acima de tudo reflexo da actual situação de Sede Vacante com a decorrente gestão das contas da Mitra de que teriam de prestar satisfações ao próximo prelado. Prova disso é a ressalva contida na Acta do Cabido *“e em caso que o prelado que vier queira reparar nestes gastos se obriga o cabido a tirar os ditos dous capitulares elleitos em pas e a salvo relevando os dos gastos, e demandas se acaso as tiverem com o prelado por se fazer as ditas obras”*⁷.

Igualmente exemplar da gestão do Cabido das rendas pertencentes ao bispo, e das questões que essa gestão por vezes levantava, é a substituição do quinteiro do Fontelo, Quinta do Bispo situada no limiar da cidade, por um dos superintendentes da obra. Nomeado, provavelmente, pelo prelado anterior, o Conego Manuel Enriques Machado, não serviria a obra de “lenha e carros” com a presteza desejada pelo Cabido sendo por isso substituído pelo Cónego Jerónimo de Figueiredo durante a duração da

³ Arquivo Distrital de Viseu. Fundo do Cabido. Lv. 3/439. Fl 167.

⁴ A.D.V. F.C. Lv. 3/439. Fl 168 a 168v.

⁵ A.D.V. F.C. Lv. 3/439. Fl 168v.

⁶ *“e se lbe entregara todo o dinbeiro que necessário for para pagamento dos officiais e mais compras e gastos de que farão seus livros de receita e despeza para darem suas contas a todo tempo que se lbe pedirem”*. A.D.V. F.C. Lv. 3/439. Fl 168v.

⁷ A.D.V. F.C. Lv. 3/439. Fl 169v.

Sede Vacante : “Oje segunda-feira vinte e hum dias do mês de mayo no mesmo Cabido atrás notificado foi proposto pelo presidente Pero sobrinho da Costa thesoureiro maior estando os capitulares presentes em Cabido em como pêra melhor espediente da obras dos sinos que se fundem, e reedificação da torre caída para que era necessária muita madeira tanto para lenha da fundição como para as obras das abobadas pelo que parecia convinha muito escuzar o Conego Manuel Enriques Machado de quinteiro do Fontello e prover no dito officio a hum dos supra entendentés das obras que se vão fazendo por que assim se acudiria melhor ao necessário das ditas obras tanto com madeira como carros e serviço. Estemados os votos depois de (?) o negocio saio o dito Cónego Manuel Enriques do officio de quinteiro da dita quinta do Fontello e em seu lugar eleito o Cónego Jerónimo de Figueiredo de Castelbranco hum dos dous supraentendentés das ditas obras e logo o Cabido lhe encargou debaixo de juramento dos santos evangelhos que tomou da mão do presidente, que bem e prontamente agencia o culto da dita quinta e se pudesse servir de tudo o necessário della pera as ditas obras por que com isto assim se aforrara algum dinheiro ao prelado dos muitos custos que há de aver nestas obras, e mandou o dito Cabido se lhe pagasse provisão ao dito Cónego Jerónimo de Figueiredo de quinteiro com clausula em quanto durasse a See vacante, e não pudesse ser amovido do dito officio sem erros cometidos nelle mesmo, e convencido em juízo ordinário delles do que tudo assim asentado e determinado me mandou o cabido fizesse assento neste livro por quanto o secretario da cúria que he o Arcediago Jerónimo de Almeida de Loureiro andava muito ocupado na fundição dos sinos o qual assento eu o cónego Cristóvão de Mello de Sampaio secretário deste Cabido fis”⁸.

Com a eleição de D. Dinis de Melo e Castro para Bispo da cidade (1636-1639) viu-se o Cabido, tal como receado, posto em causa e obrigado a prestar contas pelas despesas feitas com a obra. As acusações do prelado prendiam-se principalmente com o facto de terem dado a obra de reedificação da fachada à jorna em vez de a terem posto em arrematação o que poderia ter reduzido em muito os custos⁹. O Cabido apelou para o rei e embora não se conheça o resultado da apelação o prelado faleceu sem receber qualquer devolução da quantia exigida.

Com a independência de Portugal em 1640 e a recusa da Cúria romana em confirmar os prelados indicados por D. João IV viu-se o bispado de Viseu em Sede Vacante durante três décadas (1639-1669). O Cabido, apesar de oficialmente continuar à frente da gestão do bispado, terá no entanto consultado o bispo nomeado por D. João IV, pelo menos no tocante às obras, como se pode deduzir por um documento de 1646 em que se lê “o senhor Manuel Saldanha¹⁰ bispo eleito deste bispado o aver assim por bem e dar seu parecer nesta forma”¹¹.

⁸ A.D.V. F.C. Lv. 3/439. Fl 175v a 176.

⁹ ALVES, Alexandre – *Ob. Cit.* P. 265.

¹⁰ O episcopologio visense considera o início do bispado de D. Manuel Saldanha em 1669, mas na documentação compilada o Cabido correspondia-se com ele, enquanto bispo eleito desde 1646.

¹¹ A.D.V. Fundo Notarial de Viseu. Lv. 433/23. Fl 41v. Publicado por: ALVES, Alexandre – *Ob. Cit.* P. 270.

O arquitecto

No já citado Cabido de 28 de Abril de 1635 “se ordenou, e determinou que se chamassem arquitectos de Portugal e Castela pagando lbe seus caminhos e trabalho para melhor traçarem as obras que se ão de heedificar”¹².

A documentação apenas nos dá conta de duas respostas ao apelo do Cabido, uma de um arquitecto de Coimbra cuja identidade desconhecemos e outra de João Moreno, castelhano. O arquitecto de Coimbra, preterido, foi dispensado com a soma de 6000 réis e “alguma rega pois não levava nada pelo feitio da traça que fes do portal”¹³.

João Moreno, o “Arquitecto que veio de Salamanca”¹⁴ recebeu a quantia de 14 tostões por dia “mais algum mimo enquanto estivesse nesta cidade, e lbe pagarão desde dia que saio de Salamanca ate o dia que tornar a entrar na dita cidade”¹⁵. Para além da fêria diária, que já de si acumulava uma quantia superior à auferida pelo arquitecto de Coimbra, solicitou ainda 6000 réis de fazer a traça do portal, quantia que os capitulares não acharam razoável tendo o Cabido determinado que “lbe dessem de feitio da dita traça dous mil reis e se com elles se não contentasse lbe não dessem nada”¹⁶. Imaginamos que o arquitecto se deve ter “contentado” tendo sido o seu traçado o escolhido para reconstruir a fachada da Catedral.

Apesar de vir muitas vezes referido na bibliografia local como um arquitecto menor¹⁷, João Moreno, ou Juan Moreno, era na verdade muito mais do que isso. Pertencendo á escola maneirista de Salamanca¹⁸ é referido por José Miguel Muñoz Jiménez como o protagonista da ruptura com o maneirismo classicista e introdutor do protobarroco, em Salamanca¹⁹. De destacar, entre as suas obras, a sacristia da igreja dominicana de San Esteban de Salamanca cujas obras tiveram início em 1627. Embora seja reconhecível a mesma linguagem classicizante, de influência italiana, na sacristia conventual Juan Moreno foi mais longe nas suas aventuras protobarrocas principalmente ao nível da decoração, apresentando-se bem mais retraído no desenho da fachada da Catedral visiense.

¹² A.D.V. F.C. Lv. 3/439. Fl 168v. Parcialmente publicado por: ALVES, Alexandre – O Frontispício e as torres da Catedral de Viseu. Revista Beira Alta. Viseu: Edição da Assembleia Distrital de Viseu. Volume XXX, Fascículo II (1971).

¹³ A.D.V. F.C. Lv. 3/439. Fl 169.

¹⁴ A.D.V. F.C. Lv. 3/439. Fl 169.

¹⁵ A.D.V. F.C. Lv. 3/439. Fl 169.

¹⁶ A.D.V. F.C. Lv. 3/439. Fl 169.

¹⁷ ALVES, Alexandre – A Sé Catedral de Santa Maria de Viseu. Viseu: Edição da Câmara Municipal de Viseu, Santa Casa da Misericórdia de Viseu e Grupo de Amigos do Museu Grão Vasco, 1995. P. 28.

¹⁸ “También en la órbita del área central castellana, verdadero interés ofrece Salamanca como escuela en torno a un Sardiña y un Juan Moreno, ya protobarroco” JIMÉNEZ, José Miguel Muñoz – El Maneirismo en la Arquitectura Española de los siglos XVI y XVII, La fase classicista (1560-1630). Revista virtual de la Fundación Universitaria Española. Cuadernos de arte e iconografía. Tomo V-9. (1992)

¹⁹ “Poco después, la figura del citado Juan Moreno será el protagonista de la ruptura del manierismo classicista de Ribero en Salamanca, enlazando con el protobarroco de Gómez de Mora. Resulta significativo que la ciudad del Tormes sea visitada por diversos arquitectos madrileños (como fray Alberto de la Madre de Dios) o vallisoletanos (como Juan de Nates), cuyo tardomanierismo classicista habrá de influir tanto en la obra magistral de Gómez de Mora del Colegio de la Clerecia como en las trazas de Moreno para la Sacristía y la Sala Capitular de San Esteban de la misma Salamanca.” JIMÉNEZ, José Miguel Muñoz – Ob. Cit.

O mestre de obra

No Cabido de 30 de Maio de 1635 é declarado que se tinha em outro Cabido escolhido Manuel Fernandes para “*mestre das obras de pedraria do portal caído da See com salário de duzentos e sinquo reis por dia*”²⁰. Sendo necessário darem-se fiadores em como o “*dito mestre das obras aseguraria da perfeição da dita obra e que fossem de dous mil reis (?) e o dito Manuel Fernandes nomeo por fiadores a Bastião Cardoso de Ranbados e a Domingos Francisco e a Miguel Francisco de Travassós de Cima*”²¹.

Manuel Fernandes obrigava-se “*a fazer o dito portal da See pela traça que deixou o Architecto João Moreno castelbano morador em Salamaqua*”²².

Iniciadas naturalmente ainda no ano de 1635 as obras devem ter continuado nos anos seguintes embora os livros de despesas e receitas das mesmas não tenham infelizmente chegado até nós e, os livros de obras da catedral, não lhes façam qualquer referência.

As obras continuaram certamente a ritmo rápido de modo que, em 1645²³, foi posta em pregão a obra dos zimbórios da Sé. Continuando a seguir-se de modo geral a traça de João Moreno, no tocante aos zimbórios, D. Manuel Saldanha terá mandado vir à cidade Pedro Álvares, architecto de Coimbra, para “*ver as torres e a traça dos zimbórios que sobre elas haviam de fazer*”²⁴ tendo este architecto feito alguns acrescentos ao desenho original, como se pode deduzir do próprio pregão: “*mandou por em pregão (o Cabido) na praça pública dela (cidade de Viseu) a obra dos zimbórios que se hão de fazer sobre as torres da dita Sé para perfeição da obra e trassa que fez João Moreno mestre e architecto de obras de pedraria morador na cidade de Salamanca e com os mais acrescentamentos feitos na trassa piquena que fez David Álvares architecto morador nesta dita cidade de Viseu e na forma dos apontamentos feitos pelo dito David Álvares que estão asinados por Pedro Álvares mestre de obras da comarca de Coimbra*”²⁵.

Segundo o mesmo documento “*a dita obra andou em pregão muitos dias como consta dos termos dos lansos que nela se fizerão que estão em poder de mim tabelião e o ultimo lanso que na dita obra se fez ser de novecentos mil réis no qual andou muitos dias sem aver quem nela menos lansasse*”²⁶. Este lanço de 900.000 réis foi feito não por Manuel Fernandes, que haveria de continuar à frente da obra, mas por David Álvares, o mesmo que havia já feito os acrescentos à traça dos zimbórios na forma dos apontamentos de Pedro Álvares. No entanto Manuel Fernandes alegou junto do Cabido que o contrato celebrado aquando do inicio das obras o obrigava a conclui-las, bem como impedia o Cabido de contratar outro mestre: “*Manuel Fernandes, mestre de obras*

²⁰ A.D.V. F.C. Lv. 3/439. Fl 178.

²¹ A.D.V. F.C. Lv. 3/439. Fl 178.

²² A.D.V. F.C. Lv. 3/439. Fl 178v.

²³ A 13 de Março de 1646 surge a indicação de que “os lanssos tinham corido na praça desta cidade avia perto de hum anno”. A.D.V. F.N.V. Lv. 433/23 Fl 42.

²⁴ A.D.V. F.N.V. Lv. 433/23. Fl 41v. Publicado por: ALVES, Alexandre – *Ob. Cit.* P. 271.

²⁵ A.D.V. F.N.V. Lv. 433/23. Fl 41v. Publicado por: ALVES, Alexandre – *Ob. Cit.* P. 271.

²⁶ A.D.V. F.N.V. Lv. 433/23. Fl 41v. Publicado por: ALVES, Alexandre – *Ob. Cit.* P. 271.

*de arquitetura desta mesma cidade requereu ao Reverendo Cabido della que elle tinba feito hum contrato com o mesmo Reverendo Cabido no tempo em que principiarão as obras da dita Sé em que se obrigou a corer com a dita obra pello formal conteudo na dita escretura como mestre della ate a por em sua perfeição na forma da dita traça de João Moreno alegando que o Reverendo Cabido estava obrigado a não meter outro mestre na dita obra mas que elle Manuel Fernandes a avia de acabar na forma do dito contrato*²⁷. Perante este requerimento o Cabido consultou mais uma vez D. Manuel de Saldanha alegando que *“parecia visto a escretura que estava feita com o dito Manuel Fernandes se lhe devia de dar a obra dos zimbórios pello menor presso que nella se lansasse a que o dito bispo eleito respondeu por carta sua que lhe parecia asim convir*”²⁸.

Em Cabido de 5 de Março de 1646 foi ordenado *“a ele dito Reverendo Arcediago que fisses corer os lanssos da dita obra toda a somana de domingo passado em que se contarão onze dias deste presente mes de Março e asim andou o porteiro da Camara Manuel Lopes pregoando a obra no lansso dos ditos novecentos mil réis cem aver quem menos lansasse [...] o que tudo visto e não aver quem menos lanssasse na dita obra elle dito Reverendo Arcediago pello poder que tinba do dito Reverendo Cabido mandou dar o ramo ao dito Manuel Fernandes no dito presso de novecentos mil réis*”²⁹.

A 13 de Março de 1646 foi então celebrada a escritura do contrato e obrigação para a obra dos zimbórios das torres da Sé entre Manuel Fernandes e o Cabido pela quantia de 900.000 réis: *“Nos as Dignidades e Cónegos Cabido da Santa Sé desta cidade de Viseu sede ipiscopalle vacante, pella presente fazemos constetuimos e ordenamos por nosso certo e bastante procurador, com livre e geral administração, ao Reverendo Arcediago João de Almeida de Loureiro, nosso irmão para que possa fazer e com ifeito fassa huma escretura de obrigação entre nos e Manuel Fernandes mestre de obras morador nesta cidade, sobre os zimbórios das torres desta Sé, que na prassa publica desta cidade lhe mandamos arematar esta obra em novecentos mil réis, a qual obra nos juntos em Cabido asentamos e acordamos que se desse e arematasse ao dito Manuel Fernandes pello menor lansso que qualquer pessoa nela fizesse que forão os ditos novecentos mil réis, e por não aver quem menor lansso fizesse ordenamos se lhe arematasse neste presso como com ifeito se lhe arematou por o dito Manuel Fernandes ter feito a mais obra da Sé de que os ditos zimbórios dependem e estarmos obrigados por huma escretura publica de elle acabar a dita obra perfectamente, na forma da traça do mestre João Moreno e não aceitarmos outro mestre pera a dita obra*”³⁰. Por este contrato se obrigava o mestre de obras *“a fazer a dita obra dos zimbórios na forma das ditas trassas e apontamentos e acrescentamento feito a dita trassa por elle Manuel Fernandes e pera a dita obra dara tudo o nessessario de qual pedraria ferragens e tudo o mais que for nessessario pera a perfeição e fortaleza da dita obra ate a por em sua perfeição na forma das ditas trassas e acrescentamento por elle feito assim em huma como em outra torre cem o Cabido*

²⁷ A.D.V. F.N.V. Lv. 433/23. Fl. 42. Parcialmente publicado por: ALVES, Alexandre – *Ob. Cit.* P. 272.

²⁸ A.D.V. F.N.V. Lv. 433/23. Fl. 42. Publicado por: ALVES, Alexandre – *Ob. Cit.* P. 272.

²⁹ A.D.V. F.N.V. Lv. 433/23 Fl. 42 e 42v. Publicado por: ALVES, Alexandre – *Ob. Cit.* P. 273.

³⁰ A.D.V. F.N.V. Lv. 433/23. Fl. 41. Parcialmente publicado por: ALVES, Alexandre – *Ob. Cit.* P. 270.

*ou as rendas do bispado e obra da Sé ficarem obrigados a lhe darem coisa alguma [...] e se obrigava a dar acabada a dita obra dos zimbórios com sua perfeição com a varanda que os cerqua tudo na forma dos ditos apontamentos dentro de dois anos que comessarão a corer da feitura desta escretura em diante ate serem perfeitos os ditos dois anos cem aver erro algum ou falba na dita obra na forma dos ditos apontamentos*³¹.

A decisão, por parte do Cabido, de entregar a obra a Manuel Fernandes suscitou apelação por parte de David Álvares, o autor do lance mais baixo, como se pode inferir da declaração de Manuel Fernandes, datada de 26 de Abril de 1646, constante no Livros de Actas do Cabido: “*Por este por mim feito e asinado diguo eu Manoel Fernandes mestre da obra de architectura morador nesta cidade de Viseu que he verdade que os senhores do Cabido me derão procuração para em seu nome defender a causa e appelação com que veo David Alvares sobre se me arrematar a obra dos zimbórios desta See e me obriguo por minha pessoa e bens a pagar todas as custas em que os ditos senhores forem condenados por razão da dita procuração sem a isso ser duvida embargo algum e queroo que a sentença que contra elles se der se (?) loguo em mim*”³². Esta reclamação não deve no entanto ter tido sequência uma vez que não surge qualquer outra referência ao assunto nas Actas dos anos seguintes.

Não surgindo igualmente qualquer referência ao incumprimento das cláusulas por parte de Manuel Fernandes é de supor que a actual fachada da Sé de Viseu tenha ficado concluída em 1648.

A fachada

De linguagem claramente maneirista apresenta formalmente uma composição retabular organizada em três registos sobrepostos divididos horizontalmente por arquitrave e cornija. No primeiro, através de um amplo vão de arco abatido, acede-se ao nártex, de função vestibular, com dois bancos laterais e coberto por abóbada de aresta abatida. O portal de acesso à Catedral é igualmente de arco abatido, coroado por frontão curvo interrompido e ladeado por pilastras.

Ladeando o vão central dois pares de pilastras enquadrando os nichos onde se encontram as imagens de dois Evangelistas, S. Marcos do lado do Evangelho e S. Lucas do lado da Epístola.

No segundo registo surge ao centro, em nicho próprio, ladeado por pilastras e rematado por cornija triangular, a imagem de São Teotónio, padroeiro da Catedral, vestido como cónego regante de Santo Agostinho, empunhando na mão direita o báculo enquanto a mitra jaz a seus pés. Lateralmente duas pilastras enquadram nichos com imagens dos restantes Evangelistas, repetindo o módulo inferior, neste caso S. João do lado do Evangelho e S. Mateus do lado da Epístola. Este registo apresenta ainda um óculo central de forma ovalada, sobreposto à imagem de S. Teotónio, e dois janelões rectilíneos ladeando-a em plano ligeiramente elevado. Embora tudo faça supor que o óculo pertence à traça original de João Moreno os dois janelões foram acrescentados

³¹ A.D.V. FN.V. Lv. 433/23. Fl 42v a 43. Publicado por: ALVES, Alexandre – *Ob. Cit.* P. 273 a 274.

³² A.D.V. FC. Lv. 3/439. Fl 261. Parcialmente publicado por: ALVES, Alexandre – *Ob. Cit.* P. 268.

durante as amplas obras de renovação da Catedral ocorridas na Sede Vacante de 1721-1738.

No terceiro registo surge a imagem de Nossa Senhora da Assunção inserida num nicho enquadrado por pilastras e rematado por frontão semi-circular. Fazendo a ligação entre estas pilastras e a cornija inferior encontram-se duas aletas rematadas por pináculos. O módulo repete-se no próprio corpo deste registo, com pilastras, aletas e pináculo, mas o coroamento da fachada é feito por um frontão triangular sobrepujado por cruz no vértice e por remates boleados nos ângulos.

Esta estrutura central é flanqueada por duas torres sineiras, cegas, de planta quadrada, com ventanas, rematadas exteriormente por cornija sobre a qual corre balaustrada com pináculos boleados nos ângulos e coroadas por zimbórios. Embora uma leitura meramente formal nos aponte para uma fachada maneirista ladeada por duas torres medievais, com actualizações nos remates, apenas uma pertence a essa cronologia. A chamada torre dos sinos, que se encontra anexa ao actual Museu Grão Vasco, foi refeita desde a base na sequência da derrocada de 1635 conservando da origem medieva poucos vestígios. Pelo contrário a torre do cartório ou do relógio, apenas sofreu modificações nas ventanas e no remate.

Conclusão

Construída em cronologia que medeia entre 1635 e 1648 a actual fachada da Sé de Viseu correspondeu mais que a uma vontade estética a uma necessidade de integridade da Catedral, após a derrocada da sua precedente manuelina, numa época de Sede Vacante e poucos recursos.

Seguindo a traça do Arquitecto de Salamanca Juam Moreno, com pequenas alterações ao nível dos zimbórios projectadas por Pedro Álvares de Coimbra, o encarregado da sua construção seria o mestre de obras viseuense Manuel Fernandes.

Arquitectónicamente coerente no seu maneirismo contido, mais do que a fachada desejável para a sede de bispado foi a fachada possível numa época de grandes contingências políticas e económicas.

Bibliografia

Alexandre – A Sé Catedral de Santa Maria de Viseu. Viseu: Edição da Câmara Municipal de Viseu, Santa Casa da Misericórdia de Viseu e Grupo de Amigos do Museu Grão Vasco, 1995. P. 28.

ALVES, Alexandre – O Frontispício e as torres da Catedral de Viseu. Revista Beira Alta. Viseu: Edição da Assembleia Distrital de Viseu. Volume XXX, Fascículo II (1971).

ARAGÃO, Maximiano Pereira da Fonseca e – *Vizeu: Apontamentos históricos*. Viseu: Typographia Popular, 1894. Tomo I.

AZEVEDO, Carlos Moreira de - *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000.

CORREIA, Alberto – *Viseu*. Lisboa: Editorial Presença, 1989

JIMÉNEZ, José Miguel Muñoz – El Maneirismo en la Arquitectura Española de los siglos XVI y XVII, La fase clasicista (1560-1630). *Revista virtual de la Fundación Universitaria Española. Cuadernos de arte e iconografía*. Tomo V-9. (1992)

MOREIRA, Francisco de Almeida – *La Catedral de Viseu: sus aspectos arquitectónicos*. Porto: Tipografia Sequeira, Limitada, 1927.

PEREIRA, Botelho – *Dialogos Moraes e Politicos*. Viseu: 1635. (Manuscrito) Publicado por VALE, A. de Lucena e. Viseu: S.ed. 1955.